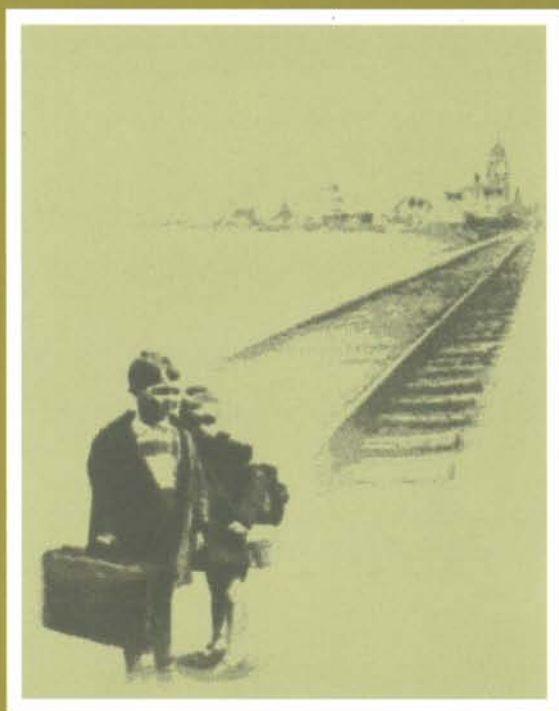


MARCOS GONÇALVES
MARION BREPOHL
(ORGS.)

POLÍTICAS DE MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS DE (DES)EXÍLIO



Editora
UFPR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 9

EXPERIÊNCIA EXÍLIO/DESEXÍLIO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA; QUESTÕES À
MEMÓRIA DA INSUBMISSÃO E DA EMANCIPAÇÃO / 15

Marie-Claire Caloz-Tschopp

EL SUJETO EN EXILIO: ENTRE EL SER DE LA INTIMIDAD Y EL DE LA
VIOLENCIA POLÍTICA EXTREMA / 37

Marcelo Viñar

GLOBALIZAÇÃO E TERCEIRO MUNDO: ESTUDOS SOBRE REFUGIADOS E
ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO FORÇADA COMO INSTRUMENTOS DE PODER / 49

Larissa Ramina

O ESTADO DE DIREITO E O ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL:
EXPERIÊNCIAS ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO SOCIAL / 69

Emerson Gabardo

DEVER DE MEMÓRIA E COLONIALIDADE: A INVISIBILIDADE
DOS SUBALTERNOS / 89

Marion Brepohl

DIÁSPORA HAITIANA, TRABALHO E RACIALIZAÇÃO: UMA CRÍTICA À
RAZÃO HUMANITÁRIA / 111

Marcos Gonçalves

HISTORIA Y RECONOCIMIENTO / 135

Daniel Lvovich

EXPERIENCIAS DE LUCHA, MEMORIAS DE DOLOR: LA REESCRITURA
DE LA HISTORIA DEL EXILIO ARGENTINO DE LOS AÑOS 1970 EN EL
CAMBIO DE SIGLO / 149

Silvina Inés Jensen

POLÍTICAS DE MEMORIA EN LA EXPERIENCIA DEL (DES)EXILIO; COLOMBIA:
FIN DEL CONFLICTO EN TIEMPOS DE GUERRA Y DE LUCHAS / 167

Olga L. González

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – TERESA URBAN:
DEPOIMENTO SOBRE MEMÓRIAS E UM ESQUECIMENTO / 187

Claudia Cristina Hoffmann

DOS AUTORES E AUTORAS / 203

APRESENTAÇÃO

Em março de 2017, o grupo *Direitos Humanos e Políticas de Memória* (DIHPOM) aceitou o desafio de refletir um conjunto de experiências que envolvem o exílio político, a deportação, os deslocamentos forçados, as práticas de extermínio. A pergunta que norteou o grupo foi: qual o papel da memória diante da violência de que foram alvo as pessoas atingidas por tais políticas, e como elas podem enfrentar, em algum momento, o (des)exílio, incluindo aí, o (des)exílio interior?

Este foi o tema escolhido para a realização do Colóquio *Políticas de memória e experiências de (des)exílio*, realizado em Curitiba, integrando um programa de pesquisas desenvolvido por seis anos pelo *Collège International de Philosophie*, intitulado *Exílio, Criação, Filosofia e Política*, que promoveu outros colóquios, também em 2017; o primeiro, realizado em Florença, na Itália, intitulado *Des-exílio, desafios políticos e mobilizações na fronteira*; o segundo, *Filosofias do Outro mundo; consentimento e desobediência civil*, realizado em Paris; e *Violência Exílio/Desexílio: criação política e filosófica hoje; a emancipação em ato*, realizado em Genebra.

Nesses encontros buscou-se refletir como o deslocamento compulsório da terra natal e, posteriormente, o regresso, implica num árduo trabalho no terreno das afetividades. Ao comentar tais experiências, principalmente no que tange ao exílio político (mas não só), o poeta Mario Benedetti nos lembra de que aqueles que ficaram no país, os “de dentro”, possivelmente estranharão os hábitos, os tons, e sobretudo o sutil senso de superioridade dos “de fora”; e “os de fora”, ao reingressarem, estranharão o seu próprio país, que lhes soa tão distinto quanto mais conversam com os “de dentro”. Neste encontro, conforme evoca o poeta, *Unos y otros*

deberemos sobreponernos a la fácil tentación del reproche. Todos estuvimos amputados: ellos, de la libertad; nosotros, del contexto (1983).

Aparentemente, este árduo trabalho tem no passado comum a possibilidade de reencontro; o passado foi de todos, mas isto só é assim na aparência, pois se o passado é o mesmo, não o são as memórias, distintas e conflitivas segundo a experiência de cada indivíduo. Ademais, há memórias que restam subterrâneas, recalçadas ou silenciadas, de vez que tomadas como irrelevantes ou, em outro sentido, perturbadoras ao ponto de se preferir o esquecimento.

Tais acontecimentos, em sua diversidade, resultam e se dirigem à política contemporânea, em que se observa um sem número de deslocamentos massivos, espaciais ou existenciais, sob a égide da globalização. Estes movimentos evocam narrativas e pesquisas que levem em conta os aspectos econômicos e políticos, tais como a colonialidade em sua longa duração, as ditaduras e seus mecanismos repressivos, a violência extrema (Balibar) e o ultraliberalismo, que cria e recria mecanismos de expulsão. Assim, se o século XIX nos sugere um sem número de deslocamentos para territórios em ultramar, de homens considerados supérfluos, se o século XX apresentou exemplos paradigmáticos de exílios políticos, o século XXI será marcado pelo *apartheid* social, interno e externo e em escala global; a impactante imagem do menino sírio encontrado morto na praia da Turquia, em agosto de 2015, simboliza o efeito bumerangue do imperialismo, cujo desdobramento na atualidade é, segundo Marie-Claire Caloz-Tschopp, a violência expulsiva-extermista do exílio globalizado, que atinge ou pode atingir, em médio prazo, todos os sujeitos do planeta.

Os capítulos da coletânea *Políticas de memória e experiências de (des)exílio* apresentam o conjunto de questões debatidas no colóquio de Curitiba. A publicação busca apresentar os resultados do debate, a partir dos eixos temáticos que foram objeto de reflexão e intervenção dos que participaram do evento. Os autores da coletânea colocam como problema e desafio três modalidades de análise das ciências humanas contemporâneas que estão intimamente relacionadas e repercutem sobre a forma de compreensão dos direitos humanos e as consequências decorrentes de suas violações, assim como sobre as possibilidades de efetivação de políticas de reparação: memória, reconhecimento e a diáde exílio/(des)exílio conjugam essa tentativa de tornar visíveis grupos sociais historicamente subalternizados. Para tanto, os autores promovem um diálogo multidisciplinar e transnacional com apoio conceitual de teorias pós-colonialistas,

que alcança a tensão/relação entre disciplinas e campos de saber como a história, o direito, a filosofia política, a psicanálise.

O primeiro capítulo, de Marie-Claire Caloz-Tschopp, aborda a política da memória a partir da dialética entre exílio e (des)exílio, procurando vislumbrar caminhos para converter a violência extrema em novas formas de cidadania. Sugere ações políticas que conjuguem o pensamento, os movimentos sociais e as transformações da subjetividade em favor da emancipação política.

Por sua vez, o psicanalista Marcelo Viñar identifica os efeitos da tortura, do genocídio e dos deslocamentos forçados na estrutura psíquica do sujeito, o que produz um efeito devastador, a um só tempo, individual e coletivo. No entanto, afirma ele, o (des)exílio, que jamais logra apagar as cicatrizes do ato violento, pode ser uma atitude mental que encontra brechas para subverter a condição de vítima em condição de resistente.

Larissa Ramina e Emerson Gabardo procuram colocar em evidência as molduras jurídicas que obliteram os *direitos a ter direitos* (Arendt). Ramina ressalta que o Direito Internacional se pauta, ainda na atualidade, por categorias jurídicas aplicáveis universalmente a partir do colonialismo e sua missão civilizatória. O marco epistêmico desses princípios jurídicos permite operar uma seletividade entre aqueles refugiados, em sentido amplo, que merecem ou não merecem a intervenção humanitária, procedimento que pode ser compreendido como uma nova versão do imperialismo, o imperialismo humanitário.

A partir da experiência brasileira, Emerson Gabardo coloca em questão o Estado de Direito destituído de “espírito público” e sem uma realidade republicana. Tal constatação é válida para se pensar outros países que, em diversas situações políticas, têm adotado práticas autoritárias que, ao “naturalizar” o estado de exceção como condição permanente, relegam ao *ideário do Estado de Direito um espaço mental de resistência e esperança*.

Na sequência, e dispensando um tratamento transnacional na análise da colonialidade do poder, Marion Brepohl e Marcos Gonçalves apresentam a “produção” da vulnerabilidade.

Marion Brepohl disserta sobre relações de poder orientadas pela colonialidade do saber, do poder e do ser, em que o “outro” (real ou imaginário) é estigmatizado por preconceitos de gênero, classe, cultura e raça e atravessado por sistemas de dominação que incorporam em seu legado, com maior ou menor intensidade, o genocídio, os massacres

administrativos, regime de reservas, trabalho forçado. Ao observar os desastrosos resultados das políticas coloniais sobre populações vulneráveis, a autora destaca que os regimes genocidários não foram casos isolados, ou explicáveis pela brutalidade fortuita de alguns agentes coloniais. Tais ações constituíram-se efetivamente em iniciativas premeditadas, relacionadas entre si, e como parte de uma geopolítica de previsão deliberada que culminou na extinção de populações inteiras em favor de um novo ecossistema.

Marcos Gonçalves discute como a imigração haitiana para o Brasil a partir do ano de 2010 pode ser tratada como resposta a dois eixos categoriais: o trabalho e a racialização. A “questão” haitiana, e, por consequência, as inúmeras e por vezes estéreis ações estatais, encontram obstáculos visíveis quando defrontadas com as efetivas interações sociais e simbólicas que os haitianos passam a construir no país de acolhimento, seja porque são alvos de discriminação racial, seja por estarem inseridos em um mercado laboral que aprofunda a precariedade de sua condição. Por outro lado, o autor busca compreender, à luz do conceito de colonialidade do poder e da fala de imigrantes e intelectuais haitianos comprometidos com o problema dos deslocamentos migratórios, o papel das intervenções humanitárias em países considerados “epiperiféricos”, como o Haiti, e que acabam por impulsionar fenômenos massivos de mobilidade e diáspora para além de uma abordagem meramente culturalista.

A partir da experiência e das sequelas sociais herdadas da ditadura civil-militar argentina (1976-1983), os historiadores Daniel Lvovich e Silvina Jensen refletem, respectivamente, sobre a violência silenciada pelo esquecimento e as estratégias narrativas construídas pelo imaginário exilar consolidado na cultura política argentina. Lvovich, atento à multiplicação dos estudos sobre memória e esquecimento, coloca-se como “escuta” dos testemunhos das vítimas de processos repressivos, sobretudo daqueles amplos segmentos sociais para os quais lhes foi vedada a comunicabilidade e que não alcançaram o devido reconhecimento até recentemente. O autor trata dos casos de crimes de natureza sexual sofridos por mulheres prisioneiras e das características da repressão que atingiu populações camponesas e indígenas na Província argentina de Jujuy. A invisibilidade, adverte Lvovich, é motivada tanto pelo caráter subalterno das vítimas quanto pela falta de atores sociais dispostos a reivindicar a memória como um espaço institucionalizado de lutas políticas, e, no caso dos camponeses, pela longa tradição de opressão de que são alvo, pela qual

traduziram a experiência da última ditadura menos como uma novidade radical, e mais como um somatório de violência que receberam das elites, das forças policiais e militares.

Por sua vez, Silvina Jensen indaga sobre os sentidos articulados pelos exilados argentinos em suas narrativas testemunhais; em particular, por aqueles atores que alcançaram uma relativa visibilidade na esfera pública internacional, através da circulação de suas produções na imprensa do exílio e pela reprodução midiática em diferentes comunidades da diáspora política argentina. Ao analisar detidamente o impacto dessa produção no campo intelectual no interior da Argentina, a originalidade de sua abordagem está em defender a hipótese de que, na conjuntura fundacional de produção de sentidos sobre o exílio, existiam atores particulares que exercendo o monopólio da palavra, e, apropriando-se de seus capitais simbólicos, ratificaram a divisão “dentro/fora” responsável por aprofundar a dicotomia instrumentalizada pela ditadura que propagandeava uma Argentina “em paz, direita e humana” e uma anti-Argentina do exílio, habitada por “subversivos em fuga” e instalados em “refúgios dourados”.

Refletir sobre as políticas de memória e as experiências de (des)exílio desencadeadas na Colômbia é o objetivo da investigação de Olga González. No marco inédito de um processo negociado de paz entre poderes estatais e as FARC firmado em 2017, e após seis décadas de confrontação armada, a autora problematiza os claros limites de tal iniciativa. Para González, o “fim do conflito” nada mais expressa do que um momento em que a Colômbia está diante de uma “nova guerra”: uma guerra econômica, com interesses claros, alianças corporativas internacionais que produzem e reproduzem formas de vida social condenadas ao desaparecimento. Assim, sua questão sobre a memória atravessa o problema de uma cidadania subalternizada em face de grandes interesses. Afinal, interroga González, como atribuir cidadania quando na Colômbia do século XXI situa-se um paradigma em que, estando pouco presente no debate proposto pelas Ciências Sociais a memória narrativa das atrocidades e a história das segregações, a grande maioria da população tende a ignorar o exílio em seu próprio país? A memória, conclui a autora, está estreitamente vinculada com a visibilidade dos setores excluídos da história, com as exigências de justiça e demandas pela igualdade, e não simplesmente como um imperativo de Estado que defina qual a narrativa oficial e apropriada para esses tempos de “paz”.

Finalmente, Claudia Hoffmann realiza um depoimento como integrante da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, reiterando que, mesmo com tantos agentes sociais envolvidos neste trabalho de memória, segmentos da população foram relegados ao esquecimento, alvos que são de preconceitos arraigados desde há muito na sociedade.

Os múltiplos contextos traduzidos nos capítulos que compõem este livro almejam, no marco da revitalização de uma tradição humanista, propor como questão nuclear o problema de como atribuir a determinadas experiências sua legítima visibilidade, sobretudo tangenciando criticamente as narrativas oficiais, contribuindo para se pensar possíveis estratégias políticas e epistemológicas a serem construídas para que tais experiências sejam aceitas pela sociedade como um todo.

Tem-se em conta que nenhuma forma de compensação imaginária, nenhuma forma de verdade narcotizante substituem os valores que aqui são reivindicados, quais sejam: o testemunho e a memória, enquanto reinvenções persistentes e inacabadas que impulsionam o esforço cotidiano por cidadania e reconhecimento, pelo direito legítimo ao não esquecimento e, a um só tempo, superam a estreiteza de classificações raciais, da desigualdade social, e de outras tantas categorias que geram vulnerabilidades.

Por fim, os organizadores desejam expressar seus agradecimentos ao *Collège International de Philosophie* e à Fundação Araucária, que patrocinaram o evento. Igualmente, pelo apoio dispensado aos nossos empenhos queremos agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (*Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História*).

Marcos Gonçalves
Marion Brepohl

COLEÇÃO

Direitos Humanos

Em seu Relatório de 2018, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) estimou que 68,5 milhões de pessoas no mundo se encontram em situação de deslocamento, fora de seu país de origem, por diversas causas, como a negação ao acesso à nacionalidade, a direitos básicos como educação, saúde, emprego e liberdade de circulação. Pessoas perseguidas por suas origens étnicas, por suas opções religiosas e políticas.

Um dos capítulos mais contundentes da política contemporânea é pois o fenômeno dos deslocamentos massivos, espaciais ou existenciais, insubmissos às políticas oficiais, alvos de hostilidades ou de comiseração.

Tendo em vista esses acontecimentos, o Grupo *Direitos Humanos e Políticas de Memória – DIHPOM* – apresenta, nesta coletânea, um conjunto de experiências e reflexões teóricas que envolvem o exílio político, a deportação, os deslocamentos forçados, as práticas de extermínio.

A pergunta central dos autores e autoras diz respeito ao papel da memória, em muitos casos, ainda por ser construída, diante da violência de que foram alvo as pessoas atingidas. Ainda, como elas podem encontrar no (des)exílio, inclusive interior, uma atitude mental que subverta a condição de vítima em condição de resistente.

Tema comovente e atual, estimula novas pesquisas e uma variedade de indagações que perturbam a cômoda divisão entre economia, política e cultura.

